

**RESENHA**  
**A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE**  
**ANTONIO GRAMSCI PARA A HISTORIOGRAFIA**  
**CONTEMPORÂNEA**

*Heloisa Helena Pacheco Cardoso<sup>1</sup>*

---

PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de (Org.). *Sociedade Civil. Ensaios históricos*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

---

Por que ler Gramsci no século XXI? Uma pergunta simples sobre uma questão essencial para os historiadores contemporâneos. Em uma época em que a ausência de referenciais teóricos e a descrição linear dos acontecimentos têm marcado parte dos estudos sobre a História, repensarmos noções como Estado, sociedade civil e sociedade política, com base nas formulações do teórico italiano Antonio Gramsci, leva-nos a uma retomada da atualidade de suas formulações e à avaliação de nossas análises sobre o caso brasileiro.

O tema sociedade civil foi objeto de reflexão no VII Simpósio Nacional Estado e Poder: Sociedade Civil, ocorrido em agosto de 2012, em uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense e a Universidade Federal de Uberlândia, cujo resultado foi a publicação, em 2013, da coletânea objeto desta resenha. Os autores colocam em questionamento as atuais análises sobre Estado e sociedade civil, que atribuem ineficiência e dispendiosidade ao primeiro e a possibilidade de garantir um

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado pela PUC-SP.

desenvolvimento nacional ao segundo, análises dicotômicas que separam as duas instâncias e estão na contramão da noção de dialética da totalidade formulada por Antonio Gramsci. Como as organizadoras da publicação anunciam na apresentação, os textos possibilitam “o vigor de se pensar o Estado em termos relacionais tal como o propunha Gramsci, englobando sociedade civil em seu entramado histórico concreto, permeado pela luta constante de sujeitos sociais pela hegemonia”.

A coletânea é composta de 13 artigos com temáticas variadas. O que os une não é o período cronológico analisado, tampouco o espaço geográfico ou o assunto em estudo. Da análise de pensadores como José Batlle y Ordóñez a José Martí e Mariátegui às preocupações de pesquisa sobre neofascismo, violência e coerção, movimentos sociais, Amazônia, natureza e capitalismo, Estado e educação, políticas públicas e ações sociais, a preocupação que perpassa os diversos trabalhos é a retomada do pensamento gramsciano e suas possibilidades para interpretações variadas sobre temas relacionados a Estado e sociedade civil. Assim, tanto nas reflexões sobre questões presentes no final do século XIX e na primeira metade do século XX – entre elas, educação, ciência e política – como em questões atuais, relacionadas à sustentabilidade e políticas públicas, o pensamento de Antonio Gramsci se coloca em evidência, mostrando sua atualidade na historiografia contemporânea.

O texto de abertura da publicação é de Sônia Regina de Mendonça, uma pesquisadora sobre o assunto e atualmente coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Poder no Brasil. A autora apresenta uma reflexão teórica intitulada *Sociedade Civil em Gramsci: venturas e desventuras de um conceito*, que oferece suporte para as discussões mais pontuais apresentadas pelos outros autores. Buscando no autor a noção de Estado ampliado, que inclui a sociedade civil como uma de suas bases instituintes, Mendonça não só aponta análises equivocadas que atribuem a ele a conclusão reducionista de teórico das superestruturas, como destaca, em Gramsci, o caráter unitário de seu pensamento. Nesse unitário, pensar Estado ampliado inclui também a noção de sociedade política, só compreensível na noção

marxista de totalidade. O conceito de sociedade civil, nesses moldes, permite ao pesquisador refletir sobre a complexidade da sociedade capitalista e a pluralidade dos interesses, tanto entre os grupos dominantes como os dominados, que se expressam em projetos que lutam para serem hegemônicos.

Reafirmando sua leitura da obra de Antônio Gramsci, Mendonça é crítica em relação às interpretações atuais sobre o pensamento do autor, particularmente sobre o conceito de sociedade civil que “de instrumento de luta político-revolucionária não raro transformou-se em instrumento legitimador de práticas do capitalismo contemporâneo”, ao ignorar a perspectiva dialética e a consequente luta de classes que caracterizam as relações sociais no capitalismo.

Dos 13 artigos publicados, destacaremos outros três para uma apresentação mais pormenorizada ao público leitor. Esse recorte justifica-se nos limites de uma resenha, o que não diminui a importância do conjunto. A escolha desses textos pautou-se em duas preocupações: primeiro, como os escritos de Gramsci continuam sendo leituras importantes que proporcionam reflexões e análises para o caso brasileiro; segundo, como essas leituras conservam atualidade para as investigações de questões do presente.

Em *Gramsci e o Centauro Brasileiro: notas para um diálogo sobre o conceito de Estado integral*, Pedro Eduardo M. de M. Marinho, docente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, tem como campo de estudos o Estado Imperial Brasileiro, não só em seus aparelhos de coerção, mas em sua capacidade de produzir e reproduzir uma direção cultural à sociedade. O autor trabalha com a noção de Estado ampliado, um processo orgânico complexo, formado pela sociedade política e sociedade civil – espaço da luta política. O objetivo da reflexão neste texto não é o de construir outra história para esse período, mas discutir teoricamente caminhos presentes nas interpretações sobre o Brasil do século XIX que não levam em conta o processo de complexificação do Estado brasileiro.

Marinho ressalta uma afirmação corrente entre os historiadores: “a pouca operacionalidade das concepções de

Antonio Gramsci para os estudos sobre a História do Brasil”. Entre as possíveis causas, está a noção de “ausência de uma sociedade civil capaz de constituir uma instância considerável”. Contradizendo essas posições teóricas, o autor faz considerações metodológicas, tomando o Estado brasileiro na segunda metade do século XIX como área de estudos para reafirmar a importância das formulações gramscianas na historiografia contemporânea.

A historiografia brasileira é avaliada pelo autor, que constata o fato de o Estado ser visto, muitas vezes, de forma cristalizada, deslocado da sociedade civil, em que não há uma formação social marcada por variadas concepções de mundo. Nessas análises, assim como o Estado, a autonomia dos grupos dirigentes também “paira no ar”. O autor condensa os estudos historiográficos em duas linhas interpretativas:

A primeira delas refere-se à perspectiva que toma o Estado como objeto, e a prática política a ele relacionada, como resultado imediato e direto dos interesses da classe dominante ou dirigente; ou mesmo aquela vertente, tributária do senso comum e de gênese jus naturalista, em que o Estado é visto de maneira reificada, como uma grande agência burocrática. A segunda é aquela em que o Estado é identificado como sujeito, dotado de uma lógica própria, sem relação com as classes sociais e as disputas políticas de grupos sociais distintos.

O objetivo dessas formulações é chamar a atenção do leitor para a necessidade de repensarmos nossos referenciais, saindo das aparências e do senso comum, para pensar as relações sociais em uma perspectiva dialética.

O artigo intitulado *Entre selvas: capitalismo verde, hegemonia e contra hegemonia*, de Elder Andrade de Paula, professor da Universidade Federal do Acre e Coordenador do Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental, tem como tema o “esverdeamento do capitalismo”. O autor questiona os projetos para “energias limpas”, a “mercantilização dos bens naturais”, a privatização das florestas para exploração

madeireira e a atuação das ONGs conservacionistas em prol do chamado desenvolvimento sustentável.

A tese é a de que

a construção e manutenção da hegemonia se internacionalizaram mais no período recente. Uma das características marcantes desse processo reside na crescente influência da autodenominada sociedade civil internacional na formação de um consenso ativo em torno das reformas no capitalismo com vistas a esverdeá-lo

O resultado dessa política produz comportamentos individuais ecologicamente corretos, além de ações do Estado como defensor e educador para o meio ambiente.

No caso da Amazônia, com a presença das grandes ONGs, “o exercício da hegemonia burguesa torna-se mais complexo e sofisticado”. Elas se apresentam como representantes de uma sociedade civil internacional e defensora dos interesses gerais da humanidade. Encobrem, dessa forma, seus vínculos com grupos dominantes. As ONGs conservacionistas têm tido um papel importante na construção de um “consenso ativo” no processo de implantação de projetos para o desenvolvimento sustentável, que dão legitimidade ao capitalismo verde. Para demonstrar suas análises, Paula faz referências às proposições da “Rio +20” e ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma –, de 2008.

Essas questões ainda merecem reflexões mais profundas que não só nos possibilitem sair das aparências, dos discursos homogeneizantes sobre a defesa da natureza, mas aprofundar seus significados no processo de mudanças indicadas no capitalismo agora verde, para sua própria permanência. Cabe aqui uma questão: são possíveis movimentos contra-hegemônicos que não só questionem essas práticas, mas também tragam outros projetos para outros mundos?

Também com preocupações voltadas para a Amazônia, Antônio Cláudio Rabello, professor do Departamento de História e do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Rondônia, analisa a expansão do capitalismo

para a região, com enfoque a partir dos anos 1980, quando ambientalismo e desenvolvimento sustentável passaram a justificar as intervenções na Amazônia.

São do autor duas questões básicas, com as quais ele constrói sua análise: o que o marxismo pode nos oferecer para pensarmos a Amazônia no início do século XXI? O que nos pode ensinar a história italiana e o intelectual Antonio Gramsci? Os historiadores preocupados em acompanhar as mudanças nas interpretações historiográficas, presentes nas análises sobre desenvolvimento, ambientalismo e movimentos políticos reivindicatórios, identificam uma mudança, a partir dos anos 1960, marcada pela ausência de referenciais teóricos nas interpretações. É a partir dessa fase que, segundo o autor, o meio ambiente passa “a fazer parte do discurso que questionava a sociedade ocidental e seus valores” e a Amazônia passa a ser vista como fronteira/ área a ser ocupada. Nos anos 1980, entra para o vocabulário político o desenvolvimento sustentável, que consistia em: “1) ser economicamente viável; 2) socialmente justo; 3) ecologicamente responsável com as futuras gerações”.

Rabello é mordaz em sua análise sobre os resultados dessa proposta política. Referindo-se a dois programas do governo federal nos anos 1990 (Avança Brasil e Comunidade Solidária), esses princípios anteriormente citados são assim analisados quanto a seus resultados:

1. Economicamente viável – o avanço da produção de grãos e a subsequente transformação do Brasil no maior produtor de soja do mundo. O crescimento do rebanho bovino. A construção de empreendimentos hidrelétricos de grande porte;
2. Socialmente justo – o crescimento urbano das principais cidades da Região Norte, bem como da pobreza e das mazelas da exclusão social (violência, prostituição, prostituição infantil, etc.);
3. Ambientalmente responsável com as futuras gerações – o avanço das derrubadas e queimadas que incrementaram o desflorestamento.

Citando Gramsci em *A questão Meridional*, Rabello destaca e critica a dualidade das políticas públicas para o desenvolvimento da Amazônia, primeiro com a proposta de integrá-la ao desenvolvimento do centro-sul e, depois, tratando-a como “reserva ambientalista” para o desenvolvimento sustentável. Interpretação dual cujo objetivo era – e é – a reprodução do capital. O que importa nessas políticas é o desenvolvimento e não a sustentabilidade. Assim, a Amazônia transforma-se em nossa “questão setentrional”, como sugere o título desse capítulo da coletânea, em que os tentáculos da expansão capitalista demonstram sua força.

Além desses artigos acima comentados, outros nove compõem o conjunto dos *Ensaio Históricos*. Neles, outras temáticas são abordadas e são relevantes para provocar “debates sobre Estado e sociedade civil em distintas abordagens”, como ressaltam as organizadoras/autoras na apresentação. Convido os leitores a acompanharem esses debates com a leitura dessa obra.